

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista
do Departamento
de História
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apoio CNPQ



**Revista do
Departamento de História**

Nº 10

Cadernos DCP - Nº 8

NÚMERO CONJUNTO

**Departamento de História
e
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apio do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico - CNPq
1990**

REITORA DA UFMG

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

DIRETORA DA FAFICH/UFMG

Prof. Paulo Roberto Saturnino

VICE DIRETOR

Prof. Túlio Mourão

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Daniel Valle Ribeiro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Prof. Sérgio de Azevedo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Revisão dos autores

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

MONTAGEM

Joyce Lamaita Perim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 1

Leônidas Prates Lafetá

REPÚBLICA, 1889/1989, 4

Francisco Iglésias

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17

Fábio W. Reis

REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28

Eliana Regina de Freitas Dutra

O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40

Delsy Gonçalves de Paula
Heloísa M. Murgel Starling

O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56

Ademir Gebara

CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64

Lucília de Almeida Neves Delgado

A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79

Luciano Mendes de Faria Filho

EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93

Otávio Soares Dulci

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125

Sheila Brandão Baggio

"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132

Vera Alice Cardoso Silva

EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151

Yonne de Souza Grossi
Maria Auxiliadora Faria

CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES

Lucília de Almeida Neves Delgado
Prof. Adjunta do Departamento de História da UFMG

RESUMO

Trata-se de uma entrevista com o líder comunista Luiz Carlos Prestes, realizada pela Professora Lucília de Almeida Neves Delgado no ano de 1985.

ABSTRACT

Professor Lucília de Almeida Neves Delgado's 1985 interview with communist leader Luiz Carlos Prestes.

Em outubro de 1985 dirigi-me ao Rio de Janeiro para realizar uma série de entrevistas com antigos políticos e dirigentes sindicais que atuaram no período compreendido pelos anos de 1945 a 1964. O objetivo era recolher análises e informações sobre o PTB, tema do que posteriormente viria a ser minha tese de doutorado. Um dos entrevistados seria Luiz Carlos Prestes. Dirigi-me à sua casa preocupada, no horário que havia sido combinado, tomada por uma forte emoção. Afinal, dentro de poucos minutos teria contato pessoal com o maior líder comunista vivo do Brasil. Ele havia mandado me avisar que disporia de cerca de uma hora e meia para me receber. Imbuí-me então das melhores intenções de objetividade para que pudesse obter o máximo possível de informações sobre a relação do PCB com o PTB e sobre a avaliação que os militantes e dirigentes do PCB faziam sobre o Partido Trabalhista Brasileiro. Mas, fiquei somente na intenção. Estava diante de uma oportunidade rara e tão logo começou a entrevista percebi que Prestes gostaria de falar mais soltamente e de que ele tinha muito mais a dizer do que somente sobre o PTB.

A entrevista começou obedecendo a um roteiro previamente preparado, mas no seu decorrer acabamos por abordar assuntos diversos. Eu sabia que o tempo do encontro seria pouco e que corria o risco de deixar de colher informações específicas sobre a temática de minha pesquisa, mas diante da oportunidade especial de um contato tão importante deixei a entrevista se desenvolver mais espontaneamente e creio que acabei por obter uma fonte informativa rica, exatamente pela diversidade de assuntos abordados.

A entrevista ficou guardada por cerca de quatro anos e meio e hoje como homenagem à Luiz Carlos Prestes o Departamento de História resolveu publicá-la no número de sua revista comemorativo da Proclamação da República.

Prestes nessa entrevista além de haver respondido a algumas questões sobre o PTB avança numa linha analítica e crítica sobre a história de seu próprio partido, o PCB. Retrocedendo no tempo relembra, avaliativamente, as decisões e a atuação do Partido Comunista Brasileiro em 1945 quando os militantes comunistas foram libertados após longos anos de prisão durante todo o período do Estado Novo. Além disso, ao

relembra a conjuntura de deposição de Vargas, memoriza a perda pessoal que a ditadura estadonovista lhe impôs. Esse é o único momento no qual aborda um assunto particular, mesmo assim ao fazê-lo ressalta seu aspecto político.

Outra questão que é destacada na entrevista é relativa à especificidade da prática da militância comunista em cada país do mundo, destacando ao mesmo tempo, de uma forma enfática, as condições sob as quais se desenvolvia a relação entre o PCB e a orientação da Internacional Comunista. Esta reflexão ultrapassa a conjuntura histórica que havíamos combinado de tratar na entrevista e penetra em tempos contemporâneos. Prestes avalia então seu rompimento com o comitê central do Partido Comunista e reafirma sua convicção na vitória final do socialismo. Neste ponto mais do que um depoimento as palavras do ex-líder se transformam numa profissão de fé e servem para confirmar a obstinação ideológica de um dirigente partidário que enfrentou diversas agruras, mas que jamais abandonou seus objetivos.

Como ator histórico que participou ativamente de diferentes momentos da vida política nacional também se mostrou à vontade para analisar temáticas múltiplas como: a crise do segundo governo Vargas, a relação do Estado com o movimento sindical ao longo do período populista da história republicana brasileira, a questão da reforma agrária, as cisões no exército antes de 1964, a relação partido-movimento sindical, a repressão da qual foram vítimas os comunistas no governo Geisel, além de abordar a situação política no ano de 1985 quando começou a se aproximar de Leonel Brizola.

Finalmente gostaríamos de ressaltar que a entrevista que ora tornamos pública, apesar do reduzido tempo na qual foi feita, é suficiente para revelar a destacada memória crítica daquele que foi a maior expressão da luta comunista no Brasil. Revela também a capacidade de adaptação permanente do líder às mudanças do tempo histórico. Interessante é perceber que Prestes se adaptava, mas jamais se afastava de seu objetivo de luta pelo socialismo. Na defesa de suas convicções assumiu muitas vezes atitudes personalistas e autoritárias. Utilizando abusivamente a primeira pessoa para lembrar acontecimentos relativos à trajetória do PCB, Luiz Carlos Prestes demonstra a convicção pessoal de que de fato foi um grande líder com capacidade de definir quase que sozinho linhas de ação partidária. Mas apesar de reconhecermos seu excessivo personalismo não podemos deixar também de reconhecer sua lucidez no rememorar esse mesmo personalismo, bem como fatos da moderna história da república brasileira.

Lucília: O Sr. poderia analisar a fundação do PTB em 1945? Muitas pessoas afirmam que ele foi criado como projeto de anteparo ao comunismo. O Sr. concorda? O argumento era de que o PC contava com um campo fértil para se expandir e que era necessário cercear este potencial de expansão.

Prestes: É. Isso é verdade. Concordo que sim. Justamente em consequência da derrota do nazismo. Naquele momento ninguém podia deixar de reconhecer que aquela derrota foi consequência do grande esforço da União Soviética. Porque sem a União Soviética o nazismo não teria sido derrotado como foi em 45. Tanto que a maior parte da intelectualidade, o que havia de melhor na intelectualidade brasileira, acudiu para o partido comunista. A influência dos comunistas cresceu muito. No início de 1945, nós fomos libertados. Aquilo não foi propriamente uma anistia. Foi simplesmente a libertação dos presos políticos. A libertação. E isso ocorreu em consequência até de uma provocação de Carlos Lacerda. Ele fazia a campanha pela anistia para que esta não se efetivasse de fato. Então o Presidente da República, o Getúlio, mandou abrir a prisão. Eu

estava incomunicável há 9 anos. Incomunicável. Não podia receber visitas, ninguém: No dia 14 de março, no entanto, ele mandou abrir a prisão porque a ameaça de golpe contra ele era muito grande. Já desde o ano anterior, Nelson de Melo, que era o chefe de polícia aqui no Rio de Janeiro, estava conspirando contra Getúlio. No dia quatro de julho, Getúlio substituiu o Nelson de Melo. Quatro de julho de 44, no ano anterior. Mas no dia quatorze de março ele abriu a prisão e foi a folia de uma massa imensa por aí. Getúlio libertou os presos porque a ameaça de golpe era muito grande. Naquele tempo a campanha pela anistia ganhou um grande vulto. Nós sabíamos que o General Dutra, Ministro da Guerra naquela época, não concordaria com a volta dos militares comunistas aos quartéis. Eles dariam a liberdade mas não davam propriamente a anistia. Anistia é esquecimento e todos deveriam voltar aos seus postos. Mas o Lacerda, justamente por provocação, começou a fazer comício por conta própria, exigindo uma anistia ampla, geral e irrestrita, que era prá não conseguir. Ele queria que todos soubessem que com essa anistia o Ministro da Guerra não concordava. Então eu mesmo orientei os nossos amigos, a direção do partido, prá que se substituísse a palavra de ordem. Não pedissem mais anistia, mas liberdade para os presos políticos. Porque eu me informava e sabia que se viesse o golpe e nós estivéssemos presos as nossas cabeças cairiam de vez. Não tinha dúvida nenhuma. O tenente Ciro Meireles que era muito meu amigo, e era amigo do Brigadeiro Gomes me dizia: - A primeira pessoa que o Brigadeiro quer libertar é você. - Está bem, eu dizia, mas só que quando ele chegar aqui o Caneca já me cortou a cabeça. Porque eu não tinha nenhuma dúvida que era essa a orientação da direita naquele momento. Afirmando que houve somente a liberdade e não anistia. Tivemos uma semana pela liberdade dos presos políticos. E o Marechal Dutra resolveu então dizer que durante a semana de manifestação não daria a liberdade, mas logo que terminasse a semana concordaria. Do contrário seria uma vitória da semana, né? E foi o que aconteceu. Então dia dezoito de abril fomos libertados. O Partido estava esfacelado. Foram 10 anos de perseguição atroz. De 35 até 45 não tínhamos nem uns 2000 membros. Não tínhamos quadros. Nem para dirigir os estados. Tivemos que organizar uma escola rápida, em menos de um mês, prá formar alguns quadros, prá ir organizar o partido nos diversos estados. Apesar disso, dez meses depois, em dois de dezembro, conseguimos mais de 10% do eleitorado da República. Uns seis milhões. E nosso candidato à Presidência da República era uma pessoa desconhecida e teve essa votação. E fomos eleitos: eu Senador, o mais votado do Brasil. O que teve maior votação. E quatorze deputados, em diversos estados: um da Bahia, três de Pernambuco, três aqui no Rio, Distrito Federal, dois no estado do Rio, quatro ou cinco em São Paulo e mais um no Rio Grande do Sul. Nossa bancada prá Assembléia Constituinte foi de quinze membros: um senador e quatorze deputados. Segundo eu dizia, a maior parte da intelectualidade estava conosco. Foi nesse momento que o Getúlio formou os dois partidos, o PSD, quer dizer o Partido Social Democrata, e o PTB como um partido intermediário para realmente combater o comunismo. Quer dizer, para não permitir que o comunismo fosse vitorioso. Foi justamente sua pergunta. O objetivo foi efetivamente esse. E nós a princípio lutamos contra o PTB. Mais tarde, depois, com a morte do Getúlio, é que nós propusemos aliança com o PTB. Foi em 54.

Lucília: Qual a opinião do Sr. sobre a doutrina trabalhista do PTB? O Sr. teria uma opinião formada sobre isso?

Prestes: Sobre a doutrina trabalhista o que nós conhecemos é o seguinte. É a própria legislação trabalhista. O decreto de trinta de fevereiro de 1930 baseado na Carta del Lavoro. E isso aí está presente até hoje. É uma legislação comprometida com direito

à intervenção do Estado no movimento sindical. Ainda agora, recentemente, poucos meses atrás houve uma greve na cidade de Franca. Há 20 anos que os trabalhadores de calçados, porque lá é o centro de produção de calçados, não faziam greve. De maneira que era necessário organizar piquetes para explicar aos trabalhadores o que é uma greve. Que a juventude toda não sabe, nunca tinha feito greve. O Ministério do Trabalho em menos de vinte e quatro horas intervém imediatamente nos sindicatos e destitui a direção do sindicato. Quer dizer, é um absurdo e dizem que isso é trabalhismo.

Lucília: Essa Legislação permite facilmente a intervenção nos sindicatos?

Prestes: Fazem intervenção fácil. O Lula sofreu intervenção em 78. O sindicato dos bancários em 83 em São Paulo sofreu também intervenção. De maneira que hoje está sendo modificada um pouco esta situação porque de acordo com a legislação do trabalho com a CLT dirigente nacional que foi destituído pelo Ministério do Trabalho, só depois de uma anistia, isto é, uma anistia particular para poder voltar. Agora eles são admitidos na volta. O Lula voltou. Está hoje na diretoria do Sindicato. Os rapazes que dirigiam o sindicato dos bancários, em grande parte estão também novamente na direção, conquistaram a direção. Mas é uma legislação do trabalho, que leva o sindicato a ter um caráter policial. Porque em toda assembléia sindical tem que estar presente o representante do Ministério do Trabalho, que sabe perfeitamente distinguir o discurso de um comunista daquele que não é comunista. Então é policial. Mas o comunista insiste, atua mesmo nos sindicatos policiados.

Lucília: O Sr. concorda que as bases sindicais do trabalhismo estão na Carta del Lavoro?

Prestes: Estão. O trabalhismo no Brasil foi muito influenciado pelo corporativismo. Mas tinha, também, naturalmente características diferentes. Algumas diferentes. Não era propriamente a base de um sindicalismo nazista. Mas tudo era feito com intervenção direta do Estado no sindicato. Contra isto nós lutamos na Constituinte de 46. Nós queríamos acabar com essa legislação, conquistar um sindicato independente. Independente do Estado, do patrão, dos partidos políticos. Era esse o nosso objetivo. E até hoje lutamos por isso.

Lucília: E o PTB fez alguma aliança com a esquerda na Constituinte de 46?

Prestes: Fez. Fez. Inclusive porque o PTB marchava junto com o PSD, contra a UDN. O partido de oposição era a UDN que ficou mais reacionário quando perdeu seus membros da esquerda socialista que se separaram da UDN e foram para o Partido Socialista. Agora nós tivemos muitos elementos que eram do PTB e que votavam conosco na Constituinte. Votavam, ou por concordarem conosco, ou para ficar contra a UDN.

Lucília: O Sr. concorda que os sindicatos oficiais, aqueles muito vinculados ao Ministério do Trabalho, foram as principais bases sobre as quais o PTB se organizou?

Prestes: Acho. Era base sim. O PTB era o movimento sindical. O PTB tinha força justamente nos sindicatos subordinados ao Ministério do Trabalho e com dirigentes que até hoje ainda são do governo aí. Por exemplo o Sindicato dos Metalúrgicos da capital de São Paulo são 400... não... 450 mil trabalhadores na base da categoria. Com a falta de trabalho tá reduzido hoje a 400 mil. Você não sabe, mas o Joaquinção que hoje dirige o Sindicato foi ligado ao PTB. Depois ele abandonou o PTB e até hoje continua na direção do Sindicato, que tem muitos recursos. Num sindicato com 400 mil trabalhadores o imposto sindical é relativamente grande. De maneira que vai uma parcela grande para a entidade. É uma estrutura enorme: a direção do sindicato, advogados, médicos, assessores e etc., recebem todos eles bons salários. E com isso eles organizam todo

um agrupamento que assegura sempre a vitória do presidente do Sindicato. Quer dizer, há vinte anos... o Joaquim vence eleição, na última vez ele perdeu nas urnas de todas as fábricas. O candidato da chapa 2, que eu apoiei, perdeu a eleição. Eu fui lá fazer comício na porta de fábrica, de madrugada na hora de abrir a fábrica. Ele ganhou na fábrica, mas perdeu no Sindicato, nas urnas do Sindicato. Nessas urnas votam os aposentados e também os elementos que gozam daqueles privilégios da diretoria. Esse é o movimento sindical que aí temos. É um sindicato que a massa não assume. Quer dizer, o número de sindicalizados no Brasil até hoje é desprezível. São Paulo é pouco mais de 10%. São quatrocentos mil trabalhadores e só quarenta e oito mil estavam sindicalizados no ano passado. O ano da eleição.

Lucília: No entanto todo mundo paga imposto sindical.

Prestes: Em São Paulo os sindicalizados e não sindicalizados todos pagam imposto sindical. Aqui no Rio são cento e oitenta mil metalúrgicos. Sabe quantos estavam sindicalizados aqui nesse sindicato no ano passado? Onze mil, 5%. O operário não tem interesse no Sindicato, tem medo até dele. E no entanto, nós procuramos convencê-los que devem entrar para o Sindicato, que é entrando para o Sindicato que vamos acabar com essa estrutura de leilão. Substituir por uma nova estrutura, efetivamente independente do Estado.

Lucília: Muitos afirmam que o PTB, na sua origem, foi instrumento de manipulação da classe trabalhadora. Eu gostaria de perguntar se o Sr. acha que isso ocorreu durante todo o tempo de atuação do PTB, ou se num determinado momento ocorreu alguma mudança? Ou essa característica de manipulação era tão entranhada que não havia forma de avançar?

Prestes: O PTB era um partido do governo. Ele tinha apoio do Ministério do Trabalho, de maneira que manipulava, mesmo que não quisesse ele atuava sob a influência do governo. Isso ajudava muito ao PTB, essa ligação com o Ministério do Trabalho. Os ministros do trabalho em geral eram membros do PTB. Quase todos os ministros do trabalho...

Lucília: O Sr. acha que esta foi uma característica do partido desde o início do PTB até durante o Governo João Goulart. Aconteceu assim durante todo esse período?

Prestes: Não, ocorreram algumas mudanças. Após a morte de Vargas, nós ganhamos uma grande influência dentro do PTB. Começamos a ter uma influência grande. Uma boa parte do PTB se aproximava bastante dos comunistas. Inclusive passamos a ser aliados a marchar juntos. E nessa marcha, juntos, ganhamos influência dentro do PTB. Quando chegamos no fim do governo do Goulart, essa influência era bastante reconhecida pelo próprio Goulart. Embora ele também exercesse uma grande influência sobre nosso partido. Porque ele tinha uma grande habilidade para lidar com a classe operária. Eu me lembro e tenho dito isso publicamente, pode ficar aí também registrado, que os dirigentes sindicais comunistas iam conversar com o Goulart, e quando voltavam, voltavam janguistas. Porque ele tinha uma habilidade muito grande de lidar com a esquerda. Muito maior do que o Brizola. O Jango não era um homem culto. Mas era inteligente. Muito inteligente. E tinha uma habilidade muito grande de lidar com a massa. Parece incrível né? Um fazendeiro, latifundiário. Tinha essa habilidade. E ele era muito modesto. O próprio entendimento dele comigo era muito diferente do meu entendimento com o Brizola. Porque o Jango de vez em quando mandava me chamar, com toda modéstia. Você é mais velho do que eu, tem mais experiência, é útil a mim conversar com você, etc. O Brizola está no governo há quase três anos. Somente agora estamos nos entendendo.

Lucília: Agora, voltando um pouquinho no tempo. O Sr. se lembra da atuação dos Ministros do Trabalho de Vargas no seu segundo governo?

Prestes: Vou te dizer uma coisa. Nesta época nós estávamos com uma orientação e depois reconhecemos que foi errada. Foi o seguinte. Desde o tempo do Artur Bernardes até em 1950 nós tardávamos muito a tomar posição. Estávamos sempre examinando de forma atrasada os acontecimentos. A situação estava muito confusa. Foi quando foi cristianizado Cristiano Machado. Era o candidato do PSD à Presidência da República. Mas, na verdade, a votação do Partido foi toda dirigida para o Getúlio. Getúlio veio com o apoio do Ademar de Barros e foi a grande vitória deles. E a nossa posição então foi de abstenção. Não votamos em nenhum candidato. Nem no Cristiano, do PSD, nem no Getúlio. Nós éramos repudiados nas portas de fábricas. Os comunistas iam na porta de fábrica querendo convencer os operários a se absterem. Nós não tínhamos êxito algum. A votação popular foi para o Getúlio. Ele foi eleito realmente pelo interesse do povo. Nós ainda tínhamos ressentimentos pelo passado de Getúlio. Pela perseguição que sofremos, principalmente a partir de 35. Embora naquele período de pré-45, por motivo da guerra, nós o tivéssemos apoiado dentro da prisão eu ainda estava na prisão e o apoiava. Chamava o partido a apoiar o governo de Vargas. Porque achava que era nosso dever apoiar o governo que sustentava nossos pracinhas que estavam na Itália lutando contra os nazistas. Era fundamental. Nossa opinião era de que tudo valia para derrotar o nazismo. Ao contrário da UDN. A UDN tinha uma posição diferente. Oposta. Ela dizia que não se devia ir lutar contra o Hitler sem primeiro acabar com o fascismo no Brasil, que era o governo do Getúlio. Nós pensávamos ao contrário. A derrota do nazismo é que vai trazer a democracia para o Brasil. Como de fato aconteceu. Infelizmente o Getúlio não quis resistir. Foi quando houve o golpe de 29 de outubro. Nós tínhamos um amigo comum, que era tão leal a mim quanto ao Getúlio. Leite Rabelo, que morreu embaixador do Brasil no Peru. Ele tinha sido tenente em 22 e em 1924. O Getúlio tinha inteira confiança nele. Era o único tenente em que o Getúlio efetivamente confiava. Era um homem profundamente leal. De maneira que quando o Getúlio sentiu que o golpe se preparava contra ele pediu ao Leite Rabelo para me visitar. Queria saber minha opinião. E a minha opinião era de apoio ao governo. Colocava todos os meus ressentimentos pessoais em segundo plano, inclusive relevando o assassinato da minha companheira, minha esposa. Eu considerava os sentimentos patrióticos, a Pátria, acima de qualquer interesse pessoal, acima de qualquer ressentimento. Muita gente não compreende isso até hoje. Pensa que eu sou um indivíduo insensível, porque apoiei justamente o tirano que entregou minha companheira ao Hitler para que ela fosse assassinada. Como de fato foi assassinada. Mas naquele período apoiamos realmente o governo de Getúlio. Logo que eu saí da prisão, eu fui levado pelo tenente Ciro Meireles, que era muito amigo do Brigadeiro Gomes. Tive uma conversa com ele. Nesse período, ainda na prisão, o vereador Átila Soares tinha me perguntado se podia escrever ao Dutra a respeito. Deveria saber qual seria a posição dele em relação aos comunistas. Me mostrou a resposta. Uma carta do Dutra que está no livro do Hélio Silva, em que ele diz que daria toda a legalidade ao Partido Comunista. (...) Foi com essa carta que eu fui conversar com o Brigadeiro Gomes. Você imagine o encontro. Foi muito difícil. O Brigadeiro Gomes, o General Juarez, o Coronel Odilon, todos eles tinham vivido perfeitamente bem durante todos os anos do governo. E eu na cadeia, completamente isolado. Nove anos de isolamento é tortura. Isso é tortura. No entanto eu não falava disso, mostrando que o essencial naquele momento, em 45, era deixarmos de lado qualquer golpe, qualquer luta contra o Getúlio. Vamos às eleições.

Que o povo decidisse livremente o governo que queria. A Constituinte estava ali para isso. Aí o Brigadeiro dizia: Não é possível haver uma eleição livre com Getúlio no poder. No entanto, me diga uma coisa: - Como vamos tirar o Getúlio do poder? Mas a dúvida dele não me preocupava. O que nós não queríamos de forma alguma era um golpe. A nossa palavra era ordem e tranquilidade. A palavra de ordem de nosso partido. Até chegarmos às eleições de dois de dezembro. Mas o movimento de massas que surgiu em 45 tinha um impulso, uma força tão grande, que apesar do golpe eles não conseguiram nem anular a eleição para Assembléia Constituinte, que realizou-se um mês e pouco depois do golpe de vinte e nove de outubro. E nós elegemos uma boa bancada de quinze numa assembléia de trezentos e cinquenta deputados.

Lucília: Uma bela vitória.

Prestes: Foi uma bela vitória.

Lucília: Mas vamos retornar. Eu estava perguntando ao Sr. sobre a atuação do Danton Coelho e do Segadas Viana no Ministério do Trabalho.

Prestes: Nessa época nós estávamos contra o governo Vargas. Nós estávamos ainda com uma orientação de oposição que só foi modificada depois que percebemos o golpe contra Vargas. Antes disso nós combatemos o governo do Getúlio até a véspera da morte dele. Pouco antes da morte dele. Um mês e pouco. A situação era muito confusa e eu escrevi uma carta, eu estava na clandestinidade rigorosa desde quarenta e oito quando perdi meu mandato. Janeiro de 48, eu fui eleito por 9 anos senador e perdi o mandato. E todos os parlamentares comunistas também. Perderam seus mandatos. De maneira que estávamos com prisão preventiva decretada. Passei dez anos na clandestinidade. Mas mesmo na clandestinidade escrevi uma carta ao secretariado do partido que examinasse a situação que tudo indicava que quem estava numa situação provocadora não era o governo. Era o Lacerda. Essa carta foi discutida no secretariado. Não se tomou nenhuma medida, só foi publicada quase no dia da morte dele. Eu dizia que a situação era o inverso do que nós estávamos vendo. Quer dizer, com a morte do Getúlio nós imediatamente procuramos entendimentos com o PTB. Há uma carta minha para o PTB propondo uma colaboração, como se diz, mais formal. Começamos a atuar juntos.

Lucília: Logo em seguida vocês fizeram uma aliança. Inclusive foi uma aliança mais ampla. O PTB e o Partido Comunista apoiando a candidatura de João Goulart à vice-presidência da República.

Prestes: É, estávamos aliados em 55 e depois em 60 com o Lott também.

Lucília: Eu gostaria de fazer uma outra pergunta para o Sr. O Sr. acha que o PTB, na medida em que ele tinha uma atuação forte junto aos trabalhadores, deu alguma contribuição para uma autonomia maior dos sindicatos?

Prestes: Depois de 54 ele defendia esse movimento pró-autonomia. Antes não. Por isso nós não apoiávamos anteriormente o PTB. Fizemos grandes greves. Na véspera... mais ou menos da morte do Getúlio houve a grande greve de 1953. A greve geral em São Paulo.

Lucília: Qual foi a participação do seu partido nesse movimento?

Prestes: O meu partido tinha cometido erros. Quando entrou na clandestinidade em 48, o João Amazonas que era o Secretário Sindical, propôs o seguinte: abandonar os sindicatos legais e organizar os sindicatos clandestinos nas fábricas. Fui radicalmente contra. Escrevi uma carta, infelizmente não tenho cópia nos arquivos, citando Lenin, mostrando como um comunista entra em qualquer sindicato, mesmo sob controle policial. A massa prefere os sindicatos legais. Ela não quer os sindicatos clandestinos.

Mas os comunistas se afastaram dos sindicatos legais. Só em 52 elaborei uma resolução sindical. Essa resolução sindical então, inverteu um pouco a situação e nós passamos a trabalhar dentro dos sindicatos legais e rapidamente ganhamos uma influência tal em São Paulo que dirigimos a greve de 53.

Lucília: E foi uma greve vitoriosa, né?

Prestes: Foi. Foi vitoriosa.

Lucília: Agora dessa greve de 53 saiu formado o famoso Pacto de Unidade Intersindical.

Prestes: É, desde aí começamos um trabalho de unidade que é fundamental para a força do movimento sindical.

Lucília: O Sr. poderia me falar um pouco sobre essa proposta que o Partido Comunista sempre teve de unidade no movimento sindical?

Prestes: Nós somos da opinião de que muitas vezes o movimento sindical vence pela unidade. Os sindicatos devem se unir todos na medida do possível. É proibido de acordo com a legislação do trabalho qualquer organização horizontal. Quer dizer, a unidade de sindicatos horizontalmente porque a organização é toda vertical em corporações, nas confederações. Cada profissão tem a sua confederação e é proibida uma central sindical na legislação brasileira. Então começamos a fazer essa unidade pelos estados. Então surgiram as intersindicais nos diversos Estados. Para começar essa unidade foi só criar um organismo no sindicato de uma profissão que pudesse ligar ao de outra, de outra profissão. Isso cresceu bastante e já em 53 sei que exerceu uma grande influência em São Paulo porque havia unidade entre as diversas profissões. A greve foi uma greve geral, uma greve legal. Depois quando houve a morte do Getúlio aconteceram iniciativas incorretas, mas nós não admitimos. Porque alguns queriam até fazer um levante popular... Mas não havia condições para isso. Porque apesar do choque que a morte de Getúlio causou à classe operária não estávamos preparados para um levante.

Lucília: Falando ainda sobre a unidade sindical. Mais tarde o partido comunista e o PTB tiveram momentos gloriosos de união com o Comando Geral dos Trabalhadores...

Prestes: É. Foi mais tarde.

Lucília: Mais tarde, já no Governo Goulart.

Prestes: Sabe porque que surgiu? Com a derrota dos generais. Naquele momento da renúncia do Jânio. Eles foram derrotados. O Jânio cometeu o crime de entregar o poder aos três ministros militares escolhidos por ele entre o que havia de mais reacionário nas forças armadas. Marechal Deni, que já era considerado um fascista. O Almirante Eric e aquele Brigadeiro Gusmão (...). Eles pensavam que iam governar o Brasil. Eles pretendiam governar o Brasil. Mas o 3º exército levantou-se. E o Brizola com a cadeia da legalidade conseguiu ganhar influência nas massas populares. Nas grandes massas populares. De maneira que naquele momento o grosso da oficialidade percebeu o perigo de guerra civil. Se o 3º exército tivesse avançado para o norte ia haver conflito. Os generais compreenderam isso. Porque a composição do exército era diferente da atual. Atualmente o exército está muito homogêneo. Não existem frações diferentes. Antigamente a oficialidade do exército estava dividida em três categorias. O grosso da oficialidade era apolítica e defendia o apoliticismo dizendo-se defensora da constituição, da lei, etc. Estes eram aqueles que fazem do oficialato um cargo burocrático. Uma forma de ganhar dinheiro, um emprego. Mas sempre existiu no exército uma pequena ala da direita. Inclusive fascista. De generais, oficiais mais idosos, etc. E uma mais numerosa à esquerda. De elementos patriotas, democratas,

nacionalistas, progressistas, etc. e tal, inclusive comunistas. Quadros mais avançados, progressistas, nacionalistas. Quando isso aconteceu os generais compreenderam que precisavam ter cuidado. E para encobrir a derrota eles propuseram o decreto legislativo instituindo o parlamentarismo. Quer dizer, diminuir os poderes do Jango. Ele já não podia mais nomear ministros, porque o Congresso é que elegeria o Primeiro Ministro. Isso com o objetivo de reduzir os poderes dele no governo. Então estávamos num regime parlamentarista. Logo em seguida vem a primeira crise ministerial. E nós levantamos a palavra de ordem de uma grande greve nacional para impedir que o novo ministério fosse mais reacionário, ou menos progressista que o primeiro ministério. E para isso era necessário dirigir a classe operária. Não tínhamos uma central sindical, mas já tínhamos um comando de ação. Então denominamos de CGT - Comando Geral dos Trabalhadores, com o objetivo de dirigir a greve de âmbito nacional. Foi com esse objetivo que surgiu o CGT, que começou exercer as funções de central sindical. Começou a exercer essas funções. Mas o nome era Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Quer dizer, parecia realmente ser uma central sindical. Aí teve... Coordenação Geral dos Trabalhadores, etc. Foi essa a origem do comando que participou muito da vida política em todas as crises ministeriais. O Comando Geral dos Trabalhadores tomou posição, lutando por um governo mais progressista, mais democrático. Um governo sempre mais avançado pressionando o parlamento para que as medidas fossem mais avançadas do que as anteriores. Esse foi o objetivo.

Lucília: Essa pergunta talvez seja um pouco constrangedora. O Sr. responde se o Sr. se sentir à vontade. Havia alguns dirigentes do CGT que eram do PTB. Por exemplo, o próprio presidente foi o Riani. Tinha outros, o Benedito Cerqueira, o próprio Dante Pelacani. O Sr. tinha uma opinião formada sobre a linha geral de orientação dessas pessoas.

Prestes: A linha era boa. Eles estavam junto conosco. O Secretário-Geral do CGT foi o Oswaldo Pacheco.

Lucília: Pois é, ele era o grande mentor...

Prestes: Ele era o secretário-geral. Outra figura predominante nesse CGT era o Roberto Morena que era comunista. Mas ao lado dele estavam os trabalhistas. O Riani, aí de Minas, da sua terra. E o Bambirra, também de Minas. O Bambirra estava filiado ao PTB, mas ele sempre foi comunista.

Lucília: Esses sindicalistas do PTB chegaram a superar a tradição do peleguismo?

Prestes: Não. Não superaram isso. Propriamente não. Agora os nossos mesmos tinham uma orientação que não era propriamente a orientação comunista. Adaptavam-se ao entendimento com os elementos do PTB. Eu vou lhe contar um fato em que todos eles se uniram. Foi quando, em setembro de 63, o Jango propôs o estado de sítio. Eu pela manhã, quando eu li o decreto, o projeto de decreto, que tinha sido redigido pelo Primeiro Ministro do Jango, eu compreendi que o estado de sítio não era absolutamente contra o Lacerda. Dizia-se que havia ameaça de golpe e que era preciso contê-la. Uma boa parte dos políticos honestamente aceitaram. Acharam que era verdade. O Jango queria decretar o estado de sítio prá enfrentar as provocações do Lacerda. Eu disse não. Isso é contra nós. Porque todos os artigos do projeto eram no sentido de cortar o movimento popular e de ser aplicado contra os comunistas. Então eu telefonei imediatamente. Sabe prá quem? Para o Santiago Dantas. Eu tinha muito boas relações com ele. Ele me respeitava muito. E eu o considerava um homem ilustrado. Então ele me convidou para que fosse imediatamente à casa dele. Eu morava perto. Eu fui lá e conversamos. Eu disse a ele: - Nós não vamos apoiar essa medida. Nós vamos

mobilizar todas as nossas forças prá que esse projeto não seja aprovado. Ele aí já deu a solução. E disse: - Se vocês não aprovarem o Congresso não aprovará. Nós tínhamos uma influência grande na bancada nacionalista, que já tinha mais de 100 deputados. Na urna também tínhamos influência grande. Ele então disse que a única saída que o Jango tinha era a de retirar o projeto. E assim terminou. O Jango retirou o projeto. Prá nós a luta não foi fácil. Nós tivemos que reunir imediatamente os componentes do movimento nacionalista democrático. Quais eram eles? O CGT, a UNE, os militares progressistas. Nelson Werneck, Cardek Leite e outros, né? E a bancada parlamentarista. A UNE e o CGT sustentaram a nossa posição. Os militares tinham dúvidas. Eles afirmavam categóricos: - Não. Isso é contra o Lacerda. Não é contra nós, etc. E a bancada parlamentarista também vacilava. Foi só depois de uma longa discussão que durou algumas horas que nós conseguimos ganhar essas duas frações, prá tomar uma posição firme contra a aprovação do projeto de estado de sítio e o Jango então mandou retirar o projeto. Quer dizer, foi a solução que ele encontrou. Foi retirar o projeto.

Lucília: E as campanhas pelas reformas de base?

Prestes: Essas também, nesse período cresceram bastante. Pela reforma agrária. Pela nacionalização das empresas imperialistas. A luta contra o imperialismo.

Lucília: Se eu estou correta na minha interpretação, quando eu fiz aquela pesquisa que eu falei com o Sr., sobre o CGT, eu pesquisei longamente os exemplares do Jornal Novos Rumos. Li artigo por artigo, cuidadosamente. E pude identificar uma forte atuação, realmente, do Partido Comunista junto ao movimento sindical nesse período. Inclusive eu fiz um capítulo da tese no qual eu mostrava que a orientação do CGT era basicamente a orientação do Partido Comunista. O PC era quem detinha a hegemonia no movimento sindical. No final das contas era quem dirigia. A estratégia do Partido Comunista a longo prazo... Veja se eu estou correta na minha interpretação. A estratégia era a seguinte: primeiro lutar pela implantação de um governo realmente democrático. Uma democracia clássica, etc. Mas de característica reformista. Para somente depois, a longo prazo, chegar a etapa do socialismo. Eu estou correta nessa interpretação?

Prestes: Essa era a nossa opinião. Hoje, nós a criticamos. Nós cometemos muitos erros políticos, particularmente à partir de 28. Um erro estratégico. Enfim a coisa explodiu. Foi em 67. O 6º congresso do partido, o último em que eu participei, realizou-se em dezembro de 67. Nesse momento surgiram duas tendências na direção do partido. O comitê central e o congresso. Por que? Porque estávamos achando que devíamos fazer avançar o processo revolucionário. E havia uma tendência oportunista, de direita, direitista. E essa predominou no comitê central e em grande parte do congresso. Ficamos reunidos 15 dias, em condições, digamos... clandestinas. A segurança era rigorosa. Sabe? Em 67 já estava se aproximando o fim do governo do Costa e Silva. Já se marchava para o Médici. No final de 1968 foi decretado o ato institucional nº 5. Nós compramos um grande terreno arborizado num bosque. Fizemos uma clareira no meio, e aí construímos os barracões onde se realizou o congresso. E realizou-se. Ninguém, nem a polícia não soube de nada. Depois que o congresso se realizou, vendemos. Aquilo estava acabado. Mais tarde eles botaram os traidores aí de helicóptero para ver se indicavam onde é que havia sido o congresso... Mas o problema é que já estávamos reunidos há 15 dias e tínhamos que elaborar uma resolução do congresso. E sabíamos que para que essa resolução fosse aprovada, ela tinha que acatar muitas das teses dos elementos oportunistas. E quem defendia uma posição menos oportunista era eu. Nós tivemos que conciliar. A resolução do 6º congresso que

predomina até hoje se presta a uma dupla interpretação. Pode daí margem a uma interpretação revolucionária ou pode dar origem a uma interpretação oportunista. De direita... oportunista de direita. Isso foi um problema sério do 6º congresso. No ano seguinte eu fui à Europa. O comitê central se encontrou na Europa. A revista internacional de Praga me pediu um artigo sobre o 6º congresso. Eu escrevi o artigo. Mas me permiti não falar da prática. Porque na prática não havia grandes divergências. O problema era estratégico. Era a meta dos comunistas. Qual era o objetivo final para o qual nós estávamos lutando. Não era um governo nacionalista, democrático.

Comunista tem que lutar por um governo socialista. O Brasil era um país capitalista. Mas nós negávamos o capitalismo no Brasil. Porque estávamos tão mal informados que não reconhecemos o capitalismo em 45. Quando eu leio os documentos de 45 eu fico horrorizado. Eu tenho feito uma autocrítica pública. A gente radicalizou. Nós dizíamos: - enquanto não acabar com o domínio imperialista e com o latifúndio o capitalismo não se desenvolve no Brasil. Agora o Brasil em 45 já tava construindo Volta Redonda. Já era evidentemente um país capitalista. E nós erramos quando afirmamos o caráter da Revolução no Brasil. Víamos o caráter da revolução no Brasil como sendo ainda nacional e libertador. Como se o Brasil fosse uma colônia, ou uma semi-colônia. Mas no Brasil não havia nenhum vice-rei... de Portugal. Nenhum governador nomeado pelo Salazar. Isso havia só na África. Em Moçambique, Angola... eram países coloniais. A Internacional comunista aprovou uma tese... para a luta dos povos dos países coloniais e semi-coloniais, a qual foi dogmaticamente aplicada aqui em toda a América Latina. Nós estávamos errados. Porque nos países da América Latina, os principais, que conquistaram a independência em princípio do século passado, Argentina em 1810; a Venezuela em 1814; o Brasil 1822, desde então começaram a se desenvolver como capitalistas. E já no fim do século XIX a formação econômica e social dominante era capitalista. Então o caráter da revolução deveria ser socialista. E a nossa estratégia no entanto era uma estratégia errada. Achávamos que primeiro tinha que conquistar um governo livre do domínio imperialista... livre do latifúndio... que conseguisse o capitalismo independente. E isso é inviável. Porque na situação de imperialismo o capitalismo será sempre dependente. Temos que conquistar é uma nova formação econômica e social. O caráter da revolução é socialista. Essa é a minha divergência com a atual presidência do PCB. Porque eu defendo essa tese e eles continuam com a idéia de revolução nacional libertadora. Um governo nacionalista e democrático, burguês portanto. Ainda dentro dessa etapa isso tá errado. É uma linha oportunista, de direita. E o oportunismo se não é barrado, se não se luta contra ele leva a consequências nefastas. Primeiro porque é inerente ao oportunismo o liberalismo. Os oportunistas não vêm os perigos. Não vêm a realidade concreta. Então caem no liberalismo orgânico. Você vai ver que todo o comitê central caiu na prisão no Governo Geisel. Quase todo mundo foi preso. E dez deles foram sequestrados e até hoje estão desaparecidos. Perdemos membros do comitê central. Foi no Governo Geisel que eles desapareceram. Geisel assumiu o poder já com uma intenção de decapitar o partido. Concentrou toda a força contra o comitê central do partido. E devido ao liberalismo inerente ao oportunismo... o comitê central... na sua maior parte caiu na prisão. Foram sequestrados uns dez membros. Estão sumidos até hoje. Até hoje não se sabe de nada. Nem do que fizeram dos cadáveres desses companheiros. Eles mataram. Mas onde estão? Não se sabe de nada. Nada. Nada. Creio que esse problema é um problema estratégico. Eu escrevi um artigo, quando estava fora, defendendo a transição direta para o socialismo e mandei para o Brasil. A Comissão Executiva do PCB foi em peso contra minha idéia. Só

eu que estava fora. Todos foram contra o artigo. Afirmavam que era sectário, dogmático, esquerdista... e golpista. Não queriam nem publicar o artigo. E só depois que eu cheguei é que concordaram em publicar com uma ressalva no pé da página. Não transcrevendo o parágrafo da resolução do Congresso que tratava de poder. Que eles dizem ser muito confuso e ser dúbio também. Essa que é a minha disputa até hoje com o Comitê Central. Eu luto por uma linha revolucionária. E o caráter da revolução é socialista. É claro que não vamos fazer uma revolução socialista da noite para o dia. Porque hoje não existem as forças sociais. Quer dizer, a classe operária está muito desorganizada ainda. A forma mais elementar de se organizar é o sindicato. Abarca uma parcela insignificante ainda da classe operária. E não temos nenhum partido revolucionário atuante na classe operária. Não existe nem o PCB, nem o PC do B nem o MR-8. Todos três são partidos que têm uma visão oportunista e de direita. E só levam a classe operária a ficar a reboque da burguesia. E isso até hoje. O Giócondo Dias, o secretário do partido, ele declara publicamente. Faz questão de que o PCB participe da Aliança Democrática. A unidade do PCB com a Frente Liberal. O João Amazonas por sua vez faz questão de que o PC do B participe do pacto social. Que é um pacto contra a classe operária. Porque se o governo quer fazer alguma coisa em benefício dos trabalhadores não precisa pacto nenhum. É só tomar medidas de aumentar os salários. Acabar com essa política de arrocho salarial. Ainda hoje eu vi, acabei de ler agora no "Globo" um discurso do Ministro da Fazenda. Do atual Ministro da Fazenda. E ele diz que é humilhante esse salário mínimo de cinquenta dólares. Ele tem que notar, o salário mínimo hoje não é de cinquenta dólares. É de trinta e três dólares só. Porque o dólar tá a dez mil. O salário trezentos e trinta. Então o salário mínimo hoje tá reduzido a trinta e três dólares. E isso é humilhante. Cinquenta dólares era em primeiro de maio de 84. Mas já em primeiro de maio deste ano o Sarney dobrou nominalmente o salário mínimo. Ele já estava reduzido a quarenta dólares. Quer dizer, o dólar já estava oito mil. Ele calculou os dólares pelo câmbio oficial. Nós temos que ver é o câmbio do Rio aqui. Eles calculam pelo câmbio oficial. Pelo câmbio livre hoje já está reduzido a trinta e três dólares. Isso foi o que eu disse lá em Volta Redonda. Eu falei ontem na Câmara Municipal de Volta Redonda.

Lucília: Deixa eu fazer uma pergunta para o Sr. O Sr. acha que em 64 o movimento sindical, o movimento operário, as forças populares, teriam tido condições de reagir? Essa pergunta é meio de projeção... mas eu gostaria de ter uma opinião do Sr.

Prestes: Era possível reagir. Mas a única pessoa que podia dirigir, tomar a iniciativa da reação era o Jango. Porque a figura principal, dirigente do movimento nacionalista democrático, era o Jango. Ele fez o contrário. Ele se entregou completamente. Saiu do país. Nenhuma outra força tinha condições para isso. Na noite de trinta e um de março eu fiquei convencido de que os nossos aliados, o movimento nacionalista - era a burguesia. Era aliada nossa. Nós tínhamos uma bancada de mais de cem deputados. Toda ela já tinha, há alguns meses atrás, passado para o outro lado. Para o lado imperialista. Essa é que é a verdade. Eu me lembro que telefonei para o Brigadeiro. Nosso amigo. E perguntei a ele se ele tinha condições de bombardear o Palácio Guanabara onde estava o Lacerda. E ele me disse: - Meus tenentes todos já estão do outro lado. Não tinha mais condição. Não eram nacionalistas. Não eram comunistas nada. Com aquele grande avanço da classe operária... Porque o CGT teve um grande papel. Quer dizer, bastava levantar uma reivindicação e o Jango mandava apoiar. Os aumentos salariais eram conquistados dessa forma. Não havia greve. As greves somente eram nas empresas estatais. Porque o Jango mandava pagar os dias de

greve. Nas empresas imperialistas e nas empresas particulares não havia greve. Porque o CGT era um movimento tão importante mas era uma organização de cúpula. Completamente desvinculada da base. Não tinha raiz nas empresas. Esse era o ponto fraco do CGT.

Lucília: Aliás eu estou muito satisfeita, porque o estudo que eu fiz apresenta essa conclusão.

Prestes: Era uma organização que teve um papel político importante; mas só podia fazer coisas devido ao apoio do governo. Levantava uma reivindicação o Jango mandava ceder imediatamente. Principalmente com os empregados estatais: ferroviários, portuários. Tiveram grandes vantagens. Como tiveram grandes vantagens inclusive na Petrobrás e nas outras empresas estatais. Mas ele não tinha raiz nas empresas. E o Partido também não tinha raiz nas empresas. Estávamos desligados ainda das grandes massas.

Lucília: Essa vai ser a última pergunta porque eu tenho também um outro compromisso. A pergunta não tem relação direta com o Partido Comunista. Voltou novamente à questão do PTB. Mas é uma questão até hoje bem polêmica. Porque durante muito tempo falavam que a Previdência Social foi utilizada como um foco de poder do Estado junto aos sindicatos e vice-versa, na forma de um intercâmbio de poder e favores. O que que o Sr. acha daquela estrutura da Previdência Social tal qual existia antes de 64?

Prestes: A Previdência Social tinha uma estrutura muito mais progressista do que hoje. Porque os representantes da classe operária participavam da administração da Previdência. Tinham influência. O companheiro Morena por exemplo era um dos dirigentes dos Institutos aí da Previdência Social. Isso só, só isso, já era uma garantia maior para a classe operária. E era um instrumento que estava nas mãos do PTB, na sua maioria. Na sua maior parte. Alguns comunistas chegaram a ter postos e funções dentro da Previdência Social. Mas realmente ela era muito mais ligada às massas através do PTB.

Lucília: Eu estava lendo um texto de um historiador americano... um brasileiro... que fala o seguinte: Os institutos de Previdência eram uma fonte de poder para os sindicalistas e também um instrumento de cooptação das lideranças por parte do Estado. O Senhor concorda com esta análise?

Prestes: A cooptação é inevitável assim. Principalmente se há elementos que vêm de baixo, né? Que chegam num determinado momento que são facilmente compráveis.

Lucília: Agora eu gostaria que para finalizar o Senhor deixasse alguma análise sobre qual deve ser, no seu entendimento o caminho da luta social no Brasil.

Prestes: É. A minha opinião é sobre o caráter da revolução. Penso que o Brasil ainda é um país capitalista. Nós temos um ponto muito fraco. É que não conhecemos a realidade brasileira suficientemente. Nenhum sociólogo ainda não fez uma análise global, científica, da realidade brasileira. Alguns, Florestan Fernandes, por exemplo, tem trazido uma contribuição importante sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mesmo o Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado são sociólogos que têm trazido contribuições. Mas ainda não há uma análise global. E sem essa análise da realidade, não é possível aplicar a ciência marxista ao Brasil. De maneira que nós erramos muito na tentativa dessa aplicação. O marxismo não é dogma. Não tem modelos. A revolução em cada país segue o seu caminho próprio de acordo com as tradições do povo, a sua história e a sua realidade objetiva. Como nós não conhecemos essa realidade eu já me referi a 45, nós erramos em 45, porque não conhecíamos a

realidade brasileira. Eu por exemplo... quando estudei na escola militar, era um curso universitário. O que havia de melhor na literatura brasileira eu tinha lido. Mas o que havia naquela época? Em 45, após nove anos de prisão. Na prisão também eu li alguma coisa. Eu recebi alguns livros, etc. Eu li Roberto Simonsen, um economista burguês. Oliveira Viana, que era um grande sociólogo da época. Reacionário. Os novos sociólogos, sociólogos modernos, só foram surgir já na década de cinquenta. O primeiro livro do Florestan Fernandes é de 57. Os outros são alunos dele. O próprio Fernando Henrique Cardoso já era aluno do Florestan Fernandes. O Jaguaribe, por exemplo, trouxe uma grande contribuição nesse sentido, de procurar analisar a realidade brasileira. Mas isso tudo foi a partir já de 57. E nós em 45 já estávamos com uma orientação política definida. Revolução nacional libertadora. Não víamos que o Brasil já era um país capitalista, e que tínhamos que educar a classe operária, não para o nacionalismo burguês, mas para uma sociedade nova já socialista. Nós, ao invés de formarmos comunistas, formávamos nacionalistas. De maneira que esses nacionalistas, de acordo com as circunstâncias, iriam capitular. E eles continuavam pensando que estavam lutando pela revolução nacional libertadora. Isso está em toda literatura.

Lucília: Interrompendo o Sr. Me desculpe... Mas só porque isso suscita reflexões, né? Eu estava até lendo um texto, uma carta da Alzira Vargas ao Getúlio, em que ela falava... ela conclamava o pai a incentivar o nacionalismo. Falava: - Devemos incentivar o nacionalismo, porque isso provoca a união e não a distensão entre as classes...

Prestes: Nessa época todos éramos nacionalistas. Nós todos tínhamos uma posição nacionalista. O nacionalismo só podia ser burguês... e não enfrentávamos o problema sério da própria revolução socialista. Não formávamos comunistas. Formávamos nacionalistas, naturalmente vacilantes e que diziam: - Isso é uma utopia, que cheguemos ao desenvolvimento independente. Hoje sabemos que o capitalismo já não resolve, não é mais possível na América Latina. Isso nós só verificamos em 1975. Nessa reunião que fizemos em Havana. Os partidos comunistas da América Latina. Há uma resolução dessa reunião. Nela nós afirmamos que o capitalismo não admite a solução de nenhum grande problema da América Latina. Nem o problema da terra, que nós estamos vendo aí. Esse projeto do Sarney, não vai haver nenhuma reforma agrária. Isso não é reforma agrária. Reforma agrária, num país como o Brasil e em quase toda a América Latina, é acabar com o monopólio da terra. É liquidar com o grande proprietário da terra. Ninguém pode ter mais que tantos hectares conforme o gênero de produção, conforme a situação em cada país. Mesmo aqui no Brasil de São Paulo ao Nordeste, ao Rio Grande, ao Amazonas, são problemas completamente diferentes. Só no Rio Grande do Sul, conversando com economistas, quando eu estive lá; nós prevíamos três tipos de reforma agrária. Porque tem a zona meridional, da pecuária em que a reforma agrária tem que ter um determinado tipo. Temos depois a pequena propriedade, no nordeste do estado, zona colonial. E tem a grande propriedade latifundiária agrícola, que produz arroz, soja e trigo, etc. que é outro tipo. Então, só num estado, nós temos três tipos de reforma agrária. Agora imagina nesse colosso que é o Brasil. Com essa diferenciação de estado para estado. Como é que vamos comparar São Paulo com o Nordeste. São realidades completamente diferentes. Isso exige um estudo científico da realidade brasileira. E ainda precisa de um apoio efetivamente grande. Para poder aplicar o marxismo à realidade. Porque o marxismo não é modelo, nem cópia de nada. A revolução na Rússia... seguiu seu caminho. Na França vai seguir outro, e aqui no Brasil vai ser outro. A revolução tem que ter um caráter nacional. Quer dizer, a revolução aqui no Brasil será brasileira. E tem que partir da realidade objetiva do país; das suas

tradições, da sua história, da história das perseguições do nosso povo. Essa que é a nossa posição que defendemos hoje. E lutamos. E essa análise científica não pode ser feita por partes. Porque isso é política. E esse objetivo tem que ser ligado, bem ligado às massas, para poder ter resultados. Eu sou otimista. Eu penso que todo revolucionário tem que ser otimista. Eu estou convencido de que o povo brasileiro, não vai se deixar matar de fome sem lutar. Que o governo não vai resolver esse problema da inflação. A carestia vai ser cada vez maior. Nesses vinte e um anos de ditadura militar se deu um avanço do arrocho salarial. Diminuir cada vez mais o salário real. Ainda agora eu vi o decreto do Sarney, o decreto do ano passado, de 1º de maio do ano passado. Quando foi decretado 166 mil cruzeiros o salário mínimo. Eles valiam 50 dólares. Hoje 33 no dia 1º de maio, quando o Sarney decretou, já estavam reduzidos a 40 dólares. Então é barrar isso aí. É assim que é a política. Hoje já temos mais de trinta milhões de brasileiros que não comem o indispensável prá sobreviver. Isso é fato. Existe na sociedade brasileira isso. E uma grande parte desses trinta milhões estão em idade infantil. Daí o mérito do Brizola, de ter se voltado justamente para esse problema, mais humano que é tirar a criança dessa situação de miséria, de fome... Esse ato dele deu-lhe o prestígio que ele tem. Porque outras coisas ele não pode fazer também por falta de recursos. Porque a distribuição da legislação tributária determina que todos os impostos são recolhidos para o centro. Pelo governo federal. E os governos estaduais e municipais não recebem quase nada. É de tal maneira injusto que o parlamento está pensando em modificar essa legislação, dando 1% do total dos impostos prá cada estado e para cada município. Mas esse 1% já é um colosso para o orçamento de cada estado. Já é uma grande solução para isso que está aí. Entretanto, tudo isto é paliativo, a solução real é a do socialismo adequado à situação brasileira.

Rio de Janeiro, out. - 1985.

Universidade Federal
de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas
Departamento de História
e Ciência Política
Av. Antônio Carlos 6627
Caixa Postal - 253
CEP - 31270
Belo Horizonte, MG

